

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana****Despacho n.º 25 731/2007**

Por despacho do Ministro da Administração Interna de 2 de Outubro de 2007, foi concedida a medalha de assiduidade de segurança pública (2 estrelas), a que se refere o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio, aos seguintes militares desta Guarda:

Brigada de Trânsito

Posto	Matrícula	Nome
Sargento-ajudante	1870166	António José Neves Alves Calado.
Cabo	1870033	João Manuel Veríssimo Seguro.
Cabo	1870039	Carlos Duarte Valente.
Cabo	1870042	Avelino Pereira Magalhães.
Cabo	1870046	Jorge Manuel Pereira da Silva.
Cabo	1870048	João Domingos Ferreira Carrilho.
Cabo	1870051	Mário Eduardo Felgueiras.
Cabo	1870055	Manuel Pereira Gomes.
Cabo	1870056	Carlos Manuel Gonçalves.
Cabo	1870057	Luís Filipe Rebelo Silva.
Cabo	1870059	Luís Manuel da Silva Pedrosa.
Cabo	1870064	Fernando Augusto da Silva.
Cabo	1870068	António José Alves Dias.
Cabo	1870080	António José de Almeida Toco.
Cabo	1870082	Joaquim Daniel Rodrigues.
Cabo	1870095	José Augusto Maia de Frias.
Cabo	1870103	Domingos Feliz Alves Mota.
Cabo	1870105	Américo Vieira Romeira.
Cabo	1870114	Honorato José Bandeira Martins.
Cabo	1870135	Armindo Barreiro da Cunha.
Soldado	1870075	Joaquim Gomes de Sá Faria.

9 de Outubro de 2007. — O Comandante-Geral, *Carlos Manuel Mourato Nunes*, tenente-general.

Despacho n.º 25 732/2007

Por despacho do Ministro da Administração Interna de 2 de Outubro de 2007, foi concedida a medalha de assiduidade de segurança pública (1 estrela), a que se refere o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio, aos seguintes militares desta Guarda:

Brigada Territorial n.º 3**Grupo Territorial de Évora**

Posto	Matrícula	Nome
Cabo	1886052	Jorge Manuel Carapinha Rego.
Cabo	1960606	António Manuel da Conceição Adagas.
Cabo	1960639	António D. Chambel Venâncio Almeida.
Cabo	1960739	José Maria Amador Rosado.
Soldado	1960552	Dora Cristina Queimado Letras.
Soldado	1960581	João Paulo Freire Martelo.
Soldado	1960596	Pedro Miguel Lampreia Lopes Pinto.
Soldado	1960733	Paulo Sérgio Caselhas Miguêns.
Soldado	1960773	José António Zaragoza Grazina.
Soldado	1960804	Francisco António Santos Cascalho.
Soldado	1960816	Carlos Alexandre Nunes Ferreira.
Soldado	1960877	Luís Guilherme Costa Zorrinho.
Soldado	1960904	Joaquim Manuel Assunção Esteves.

9 de Outubro de 2007. — O Comandante-Geral, *Carlos Manuel Mourato Nunes*, tenente-general.

Direcção-Geral de Viação**Aviso n.º 22 044/2007**

Torna-se público que, por despacho de 24 de Julho de 2007, foi reconhecido o Curso de Formação para Obtenção da Licença de Inspector Tipo A, nos termos do disposto no Manual de Licenciamento Profissional, aprovado pelo despacho n.º 4513/2004, de 5 de Março, a ministrar pelo Centro de Formação Profissional da Reparação Automóvel — CEPRA.

O reconhecimento do Curso de Formação para Obtenção da Licença de Inspector Tipo A é válido por um período de dois anos, contados a partir da presente publicação.

24 de Julho de 2007. — O Subdirector-Geral, *Carlos Mosqueira*.

Despacho n.º 25 733/2007

Por meu despacho de 3 de Outubro de 2007, proferido ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro, na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na alínea *b*) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, e na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo, Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso foi nomeada definitivamente, em reconhecimento da excelência e independentemente de concurso, técnica superior principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal não dirigente desta Direcção-Geral, com efeitos a 30 de Maio de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Outubro de 2007. — O Subdirector-Geral, *Carlos Mosqueira*.

Governo Civil do Distrito de Bragança**Despacho n.º 25 734/2007**

Nos termos dos artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e após análise criteriosa do seu desempenho e dos resultados obtidos, autorizo a renovação da comissão de serviço no cargo de secretário do Governo Civil do Distrito de Bragança do licenciado em Direito e assessor principal jurista do quadro privativo deste Governo Civil António José Lopes de Moraes Carrapatoso.

24 de Outubro de 2007. — O Governador Civil, *Jorge Manuel Nogueiro Gomes*.

Governo Civil do Distrito de Leiria**Aviso n.º 22 045/2007**

Por despacho de 26 de Outubro de 2007 do chefe de gabinete, em substituição do governador civil, foi a Maria Adélia dos Santos, tesoureira do quadro de pessoal do Governo Civil do Distrito de Leiria, autorizado o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença de 2 de Julho a 31 de Agosto do ano em curso.

24 de Outubro de 2007. — O Chefe de Gabinete, *Luiz Gonzaga Franco Pinto*.

Governo Civil do Distrito de Viana do Castelo**Despacho n.º 25 735/2007**

1 — Nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 3.º da Portaria n.º 948/2001, de 3 de Agosto, e dos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, delego na chefe de gabinete de Apoio ao Governador Civil de Viana do Castelo, Dr.ª Maria Manuela de Oliveira Passos da Silva, nas minhas ausências, férias e impedimentos, as minhas competências previstas no Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro, com a redacção do Decreto-Lei n.º 316/95, de 28 de Novembro, e Decreto-Lei n.º 213/2001, de 3 de Agosto.

2 — O presente despacho produz efeitos em 15 de Outubro de 2007, considerando-se ratificados todos os actos entretanto praticados, nos termos do artigo 137.º do Código de Procedimento Administrativo.

12 de Outubro de 2007. — O Governador Civil, *José Joaquim Pita Guerreiro*.

Despacho (extracto) n.º 25 736/2007

Nos termos do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro, e dos artigos 35.º e seguintes do Código do

Procedimento Administrativo, delego na secretária do Governo Civil licenciada Maria da Graça Trindade Fernandes Vieira Ribeiro a minha competência para ajuramentar agentes de fiscalização das empresas concessionárias ou operadoras das diversas estruturas rodoviárias existentes no distrito de Viana do Castelo (auto-estradas e vias públicas equiparadas), com vista a que, no âmbito das suas atribuições, possam exercer as funções de fiscalização previstas na Lei n.º 25/2006, de 30 de Junho.

12 de Outubro de 2007. — O Governador Civil, *José Joaquim Pita Guerreiro*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 22 046/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 8 de Maio de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mama Saliu Jamanca, natural de Gabú, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 30 de Março de 1969, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Outubro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 22 047/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 14 de Maio de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Alcídia Gomes Moreira, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 6 de Julho de 1963, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Outubro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 22 048/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 8 de Maio de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Ghusen Dahdal, natural de Achrafia, República Árabe da Síria, de nacionalidade síria, nascido em 10 de Outubro de 1968, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Outubro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 22 049/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 14 de Maio de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a Moisés Gonçalves Cabral, natural de Nossa Senhora da Graça, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 8 de Janeiro de 1983, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Outubro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 22 050/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 14 de Maio de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Armando Mendes, natural de Canchungo, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 14 de Dezembro de 1972, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações intro-

duzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Outubro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 22 051/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 8 de Maio de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Máguida Pereira Batista, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 17 de Fevereiro de 1978, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Outubro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 22 052/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 14 de Maio de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Adylaise dos Santos Barbosa Neto, natural de Lobata, República de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade santomense, nascida em 15 de Março de 1986, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Outubro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Despacho n.º 25 737/2007

I — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro, nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no despacho n.º 15 147/2006, do director regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 135, de 14 de Julho de 2006, sem prejuízo do direito de avocação ou de direcção, subdelego nos coordenadores do posto de atendimento do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras no Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, respectivamente inspector-adjunto principal José Luís Lopes Dias e técnico superior de 2.ª classe licenciado Filipe Eduardo da Silva Heleno Cardoso, os poderes necessários à prática dos seguintes actos:

a) Coordenar a actuação e a gestão do posto de atendimento e informação ao público do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI), com excepção das matérias atinentes a pessoal;

b) Decidir sobre a prorrogação de permanência, nos termos do artigo 71.º do Decreto Regulamentar n.º 6/2004, de 26 de Abril;

c) Decidir sobre a renovação de autorização de permanência, nos termos do artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, revogado pelo Decreto-Lei n.º 34/2003, de 25 de Fevereiro, de acordo com as normas transitórias aplicáveis, e dirigir os respectivos procedimentos;

d) Decidir sobre a prorrogação de permanência, nos termos dos artigos 52.º e 53.º do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 4/2001, de 10 de Janeiro, e 34/2003, de 25 de Fevereiro, e do capítulo III do Decreto Regulamentar n.º 6/2004, de 26 de Abril;

e) Autorizar o exercício de actividade profissional subordinada pelos titulares de visto de estada temporária, nos termos do artigo 38.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto;

f) Visar os passaportes emitidos pelas representações diplomáticas estrangeiras em Portugal, nos termos do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto;

g) Aplicar as coimas previstas no Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, com excepção das coimas previstas nos artigos 144.º e 149.º do mesmo diploma;

h) Assinar a correspondência e o expediente necessário à instrução dos processos que corram termos na Direcção Regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo, no âmbito das competências ora subdelegadas.

II — As decisões produtoras de efeitos externos proferidas a coberto das subdelegações que antecedem obrigam à apresentação mensal, no meu gabinete, de relação das mesmas identificando o conteúdo e destinatários.

III — Ratifico todos os actos que até à data da publicação do presente despacho tenham sido praticados pelos coordenadores do posto